

# Estatais terão controle

*Idéia de Collor é criar 'holding' igual à da Itália*

Rogério Coelho Neto

O futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral, vai se debruçar em cima do organograma de funcionamento do *Istituto per la Ricostruzione Industriale (IRI)*, que controla as empresas estatais da Itália, para elaborar projeto de criação de um organismo parecido. O estudo será entregue ao presidente eleito, Fernando Collor, até o final de fevereiro, a tempo de figurar no pacote de alterações econômicas, administrativas e sociais que o novo governo pretende promover dia 16 de março.

Em seu estudo, Bernardo Cabral vai destacar, também, as melhores fórmulas legais para o presidente eleito orientar, paralelamente com o controle mais rígido das estatais, a sua política de privatização. A idéia básica de Collor, para o setor, segundo um de seus mais influentes assessores políticos, "é a de evitar uma Petrobrás maior do que a própria República."

**Corporativismo** — Não agrada, ainda, ao futuro presidente, a transformação gradativa das grandes empresas públicas ou de economias mistas do país em associações corporativistas. Nessa categoria estariam situadas a Petrobrás e o Banco do Brasil. A situação da Petrobrás chega a ser, inclusive, curiosa: de empresa que era vista, há alguns anos, como a grande menina dos olhos do brasileiro comum, ela passou a figurar, em pesquisas de opinião, realizadas por institutos idôneos, como o Ibope, entre os órgãos públicos que poderiam ser privatizados.

A privatização da Petrobrás não figura, no entanto, nos planos do presidente eleito, de acordo com os formuladores de sua política econômica e os seus assessores mais próximos. Collor só deseja, quanto à Petrobrás, o Banco do Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce, para se citar poucos exemplos de empresas públicas de grande porte, impedir que elas continuem a viver como organismos estanques dentro da administração federal.

**Modelo** — Em sua missão de oferecer a Collor o esboço de uma *holding* capaz de controlar toda a chamada economia estatal do país, vigiando todos os passos de seus dirigentes, o futuro ministro Bernardo Cabral terá de analisar, detidamente, as atividades desenvolvidas pelo *IRI* no pós-guerra. O *Istituto per la Ricostruzione Industriale* viveu, realmente, diferentes fases dentro da economia da Itália. Ele foi formado, em 1933, para evitar a quebra

da grande indústria italiana, à época carregada de dívidas com os bancos.

Os bancos italianos, naturalmente, estavam sobrecarregados de créditos a descoberto. O fato gerou uma relação curiosa: as empresas colocaram pacotes acionários junto aos bancos. Como para colocar seus créditos, as empresas tinham adquirido também pacotes acionários dos bancos, todo um círculo vicioso foi gerado.

O *IRI* teve a função, em 1933, de comprar dos bancos os pacotes acionários das empresas. O objetivo era o de dar liquidez à economia, com a conseqüente promoção, reestruturação e saneamento das empresas, com a sua posterior devolução ao setor privado. Como os pacotes econômicos dos bancos, em poder das empresas, passou automaticamente para o *IRI*, o instituto italiano passou a controlar quatro deles, hoje colocados entre os maiores do país.

**Manutenção** — O *IRI* não foi criado, inicialmente, para ser uma empresa permanente. O governo italiano só decidiu mantê-lo em sua estrutura, em 1936, com a finalidade de desenvolver a indústria pesada italiana, como início dos seus preparativos para a Segunda Guerra Mundial. Depois de 1945, os aliados analisaram, detidamente, a situação do *IRI*, decidindo mantê-lo por uma razão: a reconstrução do parque industrial italiano, afetado pela guerra, não permitiria que a iniciativa privada, sem reservas financeiras, pudesse arcar com o projeto.

Com a política de reconstrução do pós-guerra, o *IRI* virou, através de aprimoramentos sucessivos, uma empresa estatal de gestão. É essa fórmula, na verdade, que encanta Fernando Collor, que tomou contato com a realidade da *holding* italiana, em fins de julho, quando interrompeu sua campanha para o primeiro turno da eleição e viajou por diversas capitais européias.

No Brasil, uma *holding* nos moldes do *IRI* poderá controlar seis grandes empresas bancárias da chamada área comercial: a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Banco Meridional. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), também de capital federal, atua, apenas, no setor do fomento à produção.

O presidente eleito gostou da forma de administração do *IRI*, que controla quatro bancos e dezenas de empresas com um corpo de apenas 600 funcionários, que não têm vínculo com o estado, mas contrato de trabalho. A diretoria do instituto é composta, por sua vez, de um presidente, um vice-presidente e uma Comissão de Presidência com três membros.